

A IMPORTÂNCIA DA COOPERATIVA NA ECONOMIA BRASILEIRA

Lucas Almeida Fernandes da Costa

Graduando em Administração,
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Jessica Cristina Martins Hostim

Graduanda em Administração,
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Elisângela de Aguiar Alcalde

Mestre em Desenvolvimento Local – UCDB;
Docente do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC;
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Maria Luzia Lomba de Sousa

Mestre em Desenvolvimento Local – UCDB; Doutora em Teoria Econômica – UEM;
Docente do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC;
Docente do Instituto Euvaldo Lodi – IEL;
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

RESUMO

O presente trabalho de investigação tem o objetivo de entender a importância da cooperativa na economia brasileira. Para isso, traça-se um panorama histórico dos sistemas cooperativos no Brasil e no mundo, analisam-se os motivos de sua fortaleza no comércio internacional e propõe-se as melhores maneiras de participação em uma cooperativa. O procedimento metodológico foi por meio de revisão bibliográfica em livros e meio eletrônico.

Palavras-chave: Cooperativas; Economia; Brasil.

1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo de crédito se caracteriza por ser um modelo socioeconômico assentado sobre a participação democrática, na independência, na solidariedade e na autonomia de indivíduos que juntam voluntariamente em favor de um objetivo econômico e social comuns. Dessa forma, no cenário cooperativista, a finalidade é atender às necessidades do grupo e garantir o bem-estar dos integrantes. Os indivíduos que se reúnem em cooperativas creem em um modelo econômico distinto, no qual as deliberações são coletivas e os resultados divididos igualmente, conforme a participação de cada indivíduo.

Nas cooperativas são valores imprescindíveis, honestidade dos seus integrantes, responsabilidade social com a comunidade no interno, transparência

nas deliberações e distribuição dos resultados e preocupação com o meio ambiente de onde muitas vezes advém a matéria prima para produção.

2 OBJETIVOS

Os objetivos do estudo são apresentar o histórico das cooperativas de credito, entender a importância da cooperativa na economia brasileira, apresentar quantitativamente a representatividade nacional e mundial das cooperativas de credito e por fim propor maneiras de participação em uma cooperativa.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Tendo em vista os objetivos apresentados e a contextualização do tema, a abordagem metodológica para a elaboração do presente trabalho enquadra-se na pesquisa descritiva e exploratória, conforme Marconi e Lakatos (2003) por investigar mais aprofundado um fenômeno que é pouco explorado na literatura e no ambiente onde vai ser pesquisado, impõe a utilização de métodos qualitativos de pesquisa.

Para o embasamento teórico utilizou-se referências bibliográficas em livros e meio eletrônico como o Portal do Cooperativismo Financeiro (COOP), Aliança Cooperativa Internacional (ACI) e Cooperativa de Crédito dos Integrantes do Poder Judiciário (SICOOB COOPJUS), livros e revisas sobre o problema abordando o conceito, a história e dados qualitativos das cooperativas de credito.

4 A HISTÓRIA DA COOPERATIVA E DOS BANCOS COOPERATIVISTAS

O cooperativismo de crédito considera as cooperativas como forma de organização da humanidade, baseado na democracia, participação, direitos e deveres iguais para os cooperados, sem discriminação de qualquer natureza, para todos os sócios (COOP, 2015).

Segundo Polonio (2001), que o cooperativismo de crédito, tem suas origens na Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra do século 18, como protesto do proletariado com baixos salários, longa jornada laboral e perda do poder de compra, provocando dificuldades socioeconômicas para a população trabalhadora. Ainda

segundo o autor, a revolução industrial fez emergir a classe operária, liderança que, associações de caráter assistencial, mas sem resultado positivo.

A partir dessa experiência inicial os trabalhadores buscaram novas formas de superar as dificuldades que assolavam a população frente ao severo capitalismo que avançava a cada dia. Surgiu então, a ideia de criar uma organização formal chamada de cooperativa, onde regras, normas e princípios próprios seriam praticados com o intuito de respeitar os valores do ser humano (POLONIO, 2001, p. 17).

Baseados nesse pensamento, como forma de proteção, o grupo de 28 operários, em sua maioria tecelões reuniu economias e fundou uma loja, onde revendia itens básicos como manteiga, açúcar e farinha, além de tabaco e chá, criando assim uma cooperativa de consumo, onde compravam em conjunto e dividiam os resultados (POLONIO, 2001).

Polonio (2001) destaca que os trabalhadores mantiveram vivos seus costumes, tradições e estabeleceram normas e metas para a organização de uma cooperativa e ao fim do primeiro ano laboral, acumularam um capital de 28 libras e conseguiram abrir as portas de um pequeno armazém cooperativo, em 21 de dezembro de 1844, no bairro de Rochdale-Manchester (Inglaterra), criaram a Sociedade dos Probos de Rochdale, conhecida como a primeira cooperativa moderna do mundo com princípios morais e conduta que são considerados, até nos dias de hoje, a base do cooperativismo de crédito (POLONIO, 2001).

No ano de 1848, a Sociedade dos Probos de Rochdale, possuía 140 membros e doze anos depois chegou a 3.450 sócios com um capital de 152 mil libras (POLONIO, 2001).

Trata-se, por tanto, de um movimento livre da influência do Estado que no Brasil é observada desde a época da colonização portuguesa. A cultura da cooperação é uma atividade que emergiu a partir do Movimento Cooperativista Brasileiro surgido no final do século 19, através do estímulo de funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários, para atender às suas necessidades (ALMEIDA, 2012).

No Brasil, essa forma de organização, na prática, socioeconômica, é amplamente difundida na Região Sul. Em grande parte, isso é resultado da colonização desse trecho do país, marcada pela incursão de sucessivas levas de imigrantes alemães, holandeses, poloneses, ucranianos, italianos e japoneses. Essa turma já trazia na bagagem a prática do cooperativismo de crédito, e a usou por aqui como um anteparo diante da nova – e não raro inóspita – paragem. E havia de tudo: até associações de cunho político, com feição anarquista, ou mesmo, confessional (ALMEIDA, 2012, p. 39).

Segundo Almeida (2012), consolidou-se ali a base de um movimento que, grosso modo, defende a seguinte lógica: juntos, produtores (comerciantes, artesãos, profissionais liberais, artistas...) se fortalecem e podem sobreviver em um ambiente hostil (no caso, o mercado) – e, se tudo der certo, todos podem até prosperar. É a velha máxima do “juntos, venceremos”, aplicada ao modo de produção.

O movimento iniciou-se em 1889, na cidade de Ouro Preto (MG), com a criação da primeira cooperativa de consumo de que se tem registro no Brasil, denominada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Em seguida, além de se espalhar por Minas Gerais, alcançou outros estados como Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul. Foi o pontapé inicial para o surgimento de cooperativas de diversos ramos no país (Valadares, 2008, p. 18).

Por iniciativa do padre suíço Theodor Amstadt, no ano de 1902, surgiram as cooperativas de crédito e a partir de 1906 as cooperativas rurais no Rio Grande do Sul fundadas por imigrantes alemães e italianos, com cultura do trabalho associativo, bem como a experiência com atividades comunitárias (Valadares, 2008).

Em 2 de dezembro de 1969 foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) com a tarefa de representar e defender os interesses do cooperativismo de crédito no Brasil. A Organização foi registrada em cartório um ano após sua criação sendo caracterizada como Sociedade civil, sem fins lucrativos, com neutralidade política e religiosa. A Lei 5.5764/71 disciplinou a criação de cooperativas, porém restringiu a autonomia dos agregados, interferindo na criação, funcionamento e fiscalização do empreendimento cooperativo. A limitação foi superada pela Constituição de 1988, que proibiu a interferência do Estado nas associações, dando início à autogestão do cooperativismo de crédito (Valadares, 2008, p. 27).

Em 1995, o cooperativismo de crédito brasileiro foi reconhecido internacional, com a eleição de Roberto Rodrigues, ex-presidente da OCB, para a Aliança Cooperativista Internacional (ACI), primeiro presidente não europeu a ocupar o cargo:

No ano de 1998 nasceu o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo de crédito (Sescoop), a mais nova instituição do Sistema "S" criada com o objetivo de somar à OCB através do viés da educação cooperativista. O SESCOOP é responsável pelo ensino, formação profissional, organização e promoção social dos trabalhadores, agregados e funcionários das cooperativas brasileiras (ALMEIDA, 2012, p. 24).

Atualmente, as cooperativas de crédito no Brasil estão estruturadas e são fundamentais para a economia do país com o objetivo de oferecer sistema integrado,

para atender as comunidades que não possuem instituições de crédito convencionais – Agências Bancárias.

Segundo Rydlewski; Grisotto (2017) equipes da Revista Época percorram perto de 900 quilômetros do interior do estado do Paraná, passando pelas cidades de Maringá, Campo Mourão, Guarapuava e Castro, e seguindo até Curitiba, para conhecer o modelo de negócios desses grupos empresariais. Ainda segundo os autores, “Em uma lista das 50 maiores empresas do sul do país, elaborada pelo jornal Valor Econômico, constam 13 cooperativas. Delas, 11 são paranaenses” (RYDLEWSKI; GRISOTTO, 2017, p.1).

5 VANTAGENS DO COOPERADO NO BRASIL

Além de o agregado principal ao se associar a uma cooperativa, ser um dos donos e poder participar das assembleias com voz ativa, há ainda outras vantagens financeiras e pessoais nesta decisão:

Taxas de juros reduzidas: essas cooperativas oferecem linhas de crédito com taxas de juros mais baixas e, muitas delas, não cobram tarifas por seus serviços (fornecimento de talões, transferências, cadastros); quando cobram, são sempre inferiores às praticadas pelos bancos comerciais. Rendimentos normalmente superiores aos de mercado: caso o agregado tenha uma reserva financeira disponível, poderá aplicá-la na cooperativa sob a forma de depósito a prazo, com rendimentos geralmente superiores aos oferecidos pelo mercado financeiro. Deve ter em vista que a cooperativa goza de isenção tributária, não sendo obrigada ao recolhimento de depósitos compulsórios como os bancos, o que permite uma maior taxa de retorno aos associados (YONG, 2005, p. 77).

Outras vantagens sinalizadas por Polonio (2001) e destacadas como atendimento diferenciado, bem como por meio de soluções diferenciadas, as cooperativas de crédito:

[...] o agregado é atendido na cooperativa não como um simples cliente, mas como um dos seus donos. E, o mais significativa, estará fazendo negócios em uma instituição que lhe devolverá, via rateio das sobras, juros e tarifas pagas a mais do que o devido. Sua parte nas sobras pode ser em dinheiro ou em aquisição de mais cotas-partes, dependendo de decisão da Assembleia. Em caso de perdas, elas podem ser compensadas com resultados futuros. Ainda, se o associado quiser se retirar da sociedade, poderá receber o valor de suas cotas-artes (POLONIO, 2001, p. 79).

Neste raciocínio, o tipo de cooperativa mais interessante a participar dependerá do ramo de negócios (atual ou futuro) do agregado. As cooperativas de

crédito são segmentadas em função do tipo de agregados para os quais estão autorizadas a operar, conforme Yong (2005):

Aquelas voltadas ao atendimento aos funcionários públicos e a empregados de empresas privadas não são apropriadas aos empreendedores de pequenos negócios, pois são restritas à participação de funcionários e empregados (YONG, 2005, p. 80).

Outra adequação do sistema cooperativista, no caso de crédito rural, segundo SEBRAE (2017), é para agricultores, pescadores, ruralistas, extrativistas e colônias de pescadores que necessitem de acesso aos recursos subsidiados dos Planos de Safra e outras modalidades de créditos agroindustriais.

Como todas as cooperativas de crédito, ao receber uma proposta de associação, exigirão documentos que são necessários ao registro do interessado como membro da sociedade.

[...] uma ficha proposta assinada; documentos de identificação e residência; se aprovada a adesão pelo Conselho de Administração, deverá subscrever cotas e integralizar capital. O capital inicial muitas vezes é meramente simbólico e o agregado poderá proceder a novos aportes ao longo do tempo, à medida que também aumenta seu relacionamento de negócios com a cooperativa (FILISBINO, 2006, p. 62).

Ainda segundo o SEBRAE (2017), a cooperativa de crédito atende comerciantes, industriais ou prestadores de serviços, as de micro e pequenos empresários e microempreendedores por meio da livre admissão de agregados por pertencerem a sistemas organizados, estando filiadas a uma Cooperativa Central de Crédito e a uma Confederação de Crédito, sendo facultativa a filiação para essa última.

Caso o agregado se demita da cooperativa, receberá de volta seu capital. Esta é uma cláusula amparada pelo direito. E, no caso de falecimento do titular, o valor das cotas será pago aos seus herdeiros. Além disso, vale lembrar que,

Para encontrar uma cooperativa de crédito adequada à cada necessidade, basta procurar informações em agências e postos de atendimento do Sicoob, Sicredi, Confesol, Unicred, Ceced, Uniprime, entre outras. Vale a lembrança de que o sistema Confesol é o do cooperativismo de crédito financeiro com interação solidária (com destaque para a agricultura familiar) que inclui as Centrais Cresol e Ascoob (JUS, 2006, p. 4).

São vários os serviços e produtos que a cooperativa de crédito oferece, especificamente, ao empresário ou empreendedor de pequenos negócios.

No quesito serviços, ele contará basicamente com os mesmos oferecidos pela rede bancária tradicional, como contas correntes; cartões de débito e crédito; transferência via DOC e TED; pagamento de boletos e de folha de salário; cobranças de recebíveis; recebimento de contas de consumo; tributos; captação de depósitos a prazo, na modalidade de Recibos de Depósitos Cooperativos (RDC) (JUS, 2006, p. 6).

Neste sentido, na oferta de crédito, ele poderá acessar recursos subsidiados de crédito rural, oriundos do Plano de Safra do governo federal:

[...] são utilizados para custeio e investimento rural e agroindustrial. Dependendo da finalidade, as taxas de juros poderão variar de 0,5% a 5,5% ao ano. Exemplos das linhas de crédito disponíveis: Finame agrícola, Pronaf (em suas inúmeras modalidades), Funcafé (para cafeicultores) e muitos outros; recursos para capital de giro: o mais tradicional é a antecipação de recebíveis, também denominado Desconto de Cheques, de duplicatas, de vendas com cartões e de notas promissórias. São empréstimos tradicionalmente de prazos mais curtos, mas compatíveis com o fluxo de seus negócios; financiamentos para aquisição de bens duráveis: veículos, equipamentos de informática, bens de produção ou para prestação de serviços, reformas, etc.; aplicação de recursos na modalidade de depósitos a prazo: gera uma remuneração maior do que a oferecida por bancos locais, devido à estrutura de custos mais enxuta das cooperativas (JUS, 2006, p. 10).

Quanto à legislação, pelo Código Tributário Nacional, as aplicações, mesmo nas cooperativas de crédito, são sujeitas à retenção de imposto de renda e as cooperativas de crédito podem oferecer adicionalmente vendas de seguros de vida e de bens, consórcios, plano de saúde e de previdência privada (FILISBINO, 2006, p. 70). Portanto, são muitas as vantagens da participação em cooperativas de crédito e as opções aos associados aquelas oferecidas pelas instituições financeiras tradicionais.

6 UM MUNDO DE GIGANTES

Para Filisbino (2006) as principais cooperativas paranaenses são gigantes e 115 delas têm faturamento superior a R\$ 1 bilhão. Entre 2009-2015, as cooperativas do Paraná o “grupo das bilionárias” ganhou nove integrantes. Em 2008 eram apenas seis em 2008 (RYDLEWSKI; GRISOTTO, 2017).

Juntas, têm receita bruta de R\$ 60,4 bilhões (as dez maiores detêm 61% desse total) e segundo a Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar) a expectativa é que esse faturamento conjunto atinja R\$ 100 bilhões até 2020 (RYDLEWSKI; GRISOTTO, 2017, p.1). Além disso, segundo Felisbino (2006):

Investimentos? Em 2014, eles somaram R\$ 2,8 bilhões, o maior desde 2010. Desde então, o montante caiu, chegando a R\$ 2,1 bilhões no ano passado, mas deve se manter nesse patamar nos próximos anos. A previsão da mesma Ocepar é que, no acumulado, essa cifra se aproxime de R\$ 10 bilhões entre 2016 e 2020. Nada mal para um país onde o principal indicador de aportes, a formação bruta de capital fixo, apresenta queda constante. Ela foi 12,7% inferior em julho deste ano, se comparada ao mesmo mês de 2015 (FILISBINO, 2006, p. 57).

Outro dado inesperado diz respeito à geração de ocupação. Em anos seguidos, enquanto se fecham postos laborais no Paraná, segundo a revista JUS (2016) as cooperativas contrataram milhares indivíduos. Algumas delas enfrentaram até situação de escassez de mão de obra em suas regiões. É o caso da Copacol, por exemplo, resolveu construir um condomínio de moradias para atrair gente vinda de outras cidades e outros benefícios.

7 COOPERATIVISMO FINANCEIRO EM DADOS

Segundo o Portal do Cooperativismo Financeiro (COOP, 2015, p.1), pesquisas da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) demonstram que o cooperativismo de crédito vem ganhando força no mundo inteiro e estão presentes em cerca de 100 países e gera mais de cerca de “[...] 100 países e gera mais de 100 milhões de empregos. Atualmente, o modelo econômico focado na partilha de decisões e resultados alcança 1 bilhão de pessoas”. Ainda segundo o COOP (2015, p.1) “O número de cooperados já ultrapassou, por exemplo, a população de todo o continente americano (em torno de 980 milhões de habitantes)”

O COOP (2015) destaca que o cooperativismo de crédito tem consolidado sua participação e posição de destaque na economia nacional, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa com indicadores satisfatórios.

Segundo a Cooperativa de Crédito dos Integrantes do Poder Judiciário (SICOOB Coopjus) (2017, p.1), o Sistema da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), “[...] representa mais de 6,8 mil cooperativas em todo o Brasil, divididas em 13 ramos de atuação, com mais de 11,5 milhões de associados e em torno de 340 mil empregos diretos. O número de cooperados mais que dobrou na última década – em 2002, eram 5,2 milhões de brasileiros agrupados em cooperativas”. Bugarelli (2012, p.16) destaca que:

O movimento cooperativista atua em 13 ramos de atividades diferentes que juntos somam 6.603 cooperativas. Interessante observar que 83% delas pertencem a cinco setores: Agropecuário (1.561), Transporte (1.095), Crédito (1.042), Trabalho (946) e Saúde (848). O Sudeste é a região que concentra o maior número de sociedades cooperativas (2.357), sendo que 949 se localizam no estado de São Paulo. Em seguida, aparece o Nordeste, com 1.755 – 788 somente na Bahia. Juntas, as duas regiões detêm 62% das cooperativas existentes no país (BUGARELLI, 2012, p. 16).

Segundo a Freitas (2016), em 2016 eram 6,6 mil cooperativas registradas e o Ramo Crédito lidera o ranking de associados, são 980 cooperativas com mais de 6.9 milhões de indivíduos cooperados e gerando vagas formais em torno de 46,8 mil empregos. Desse total, quase metade dos agregados no país (49%) faz parte de alguma cooperativa de crédito.

Ainda segundo Freitas (2016, p.1), “[...] no ramo agropecuário, temos 1.543 cooperativas, com 993,5 mil cooperados e 180,1 mil empregos formais”, sendo 48% da produção no campo por cooperativas.

A OCB (2016) destaca outras cooperativas como as de consumo (2,8 milhões de agregados), agropecuárias (pouco mais de 1 milhão) e de infraestrutura (cerca de 900 mil), sendo a Organização, elas possuem, juntas 92% dos associados, sendo que 11 milhões de brasileiros estão associados em alguma cooperativa, principalmente no Sudeste (5,1 milhões – 80%) e no Sul (4,4 milhões).

Segundo o COOP (2015, p.1) “Alguns estudiosos acreditam que a boa aceitação do cooperativismo entre a população dessas duas regiões tenha raízes na herança cultural dos imigrantes europeus, no século XIX, marcada pela tradição associativista”.

Os cinco estados que somam o maior número de associados são respectivamente: São Paulo (3,4 milhões); Rio Grande do Sul (2,1 milhões); Santa Catarina (1,4 milhão); Minas Gerais (1,2 milhão); e Paraná (850 mil). (FILISBINO, 2006, p. 21)

Neste sentido, o cooperativismo de crédito tem contribuído de forma significativa para a redução dos índices de desemprego. Negrão (2011) afirma que a força laboral das cooperativas, desde 2002, quase dobrou, passando de 171,3 mil empregados para os atuais 340 mil. O Ramo Agropecuário é o que mais gera ocupação direta: 164,2 mil (51%). Em seguida, aparecem as cooperativas de saúde (78,2 mil) e crédito (38,1 mil).

Já as exportações das cooperativas chegaram a US\$ 6 bilhões em 2013. Historicamente, a balança comercial das cooperativas apresenta saldo positivo, tendo alcançado US\$ 5,6 bilhões no acumulado de janeiro a dezembro. Mais de 90% das exportações são de produtos agropecuários, entre eles: açúcar, soja, café, carnes bovina, suína e de frango. As vendas das cooperativas alcançaram 143 países, das 27 unidades da Federação, 21 realizaram exportações por meio de cooperativas em 2014 (NEGRÃO, 2011, p. 33).

O ramo de crédito avança por meio do cooperativismo de crédito, representando um crescimento três vezes superior ao do mercado bancário convencional. Neste sentido, Yong (2005) mostra que nos últimos cinco anos, em alguns indicadores, como a captação de depósitos:

[...] cresceu nove vezes mais que os bancos comerciais. Em relação aos agregados, também houve um aumento: dos 3,5 milhões registrados no fim de 2008, o número saltou para 6,6 milhões. Os referenciais utilizados para avaliar o cooperativismo de crédito de crédito permitem observar uma curva ascendente e sustentável que desenha um futuro promissor (YONG, 2005, p. 8)

Polonio (1998) afirma que as cooperativas de crédito atuam com profissionalização cada vez maior das cooperativas de crédito e são reconhecidas no mercado de crédito como ferramenta de desenvolvimento das comunidades e de seus residentes. Ainda sendo o autor:

O principal aspecto a ligar uma pessoa a uma cooperativa de crédito é a confiança – a grande força do modelo cooperativo de empreendimento. “No mercado financeiro, essa premissa é ainda mais significativa, visto que está enraizada na formação do conceito da cooperativa, do desenvolvimento da comunidade e do relacionamento entre as indivíduos, pois a cooperativa é feita de gente para gente (POLONIO, 1998, p. 65)

Trata-se também de um processo em evolução, uma vez que cooperativa de crédito chegará, a partir de uma melhor educação financeira da sociedade, a ocupar um patamar considerável no mercado financeiro brasileiro.

8 O SISTEMA SICREDI

Segundo estudos de Yong (2005), para trazer um pouco da história e constituição do SICREDI, 1906, foi constituída no município de Lajeado, no Rio Grande do Sul, a primeira cooperativa de crédito do tipo Luzzatti, denominada Caixa Econômica de Empréstimos de Lajeado, como tal inspirada no modelo do italiano

Luigi Luzzatti, tendo como principal característica a não exigência de vínculo para associação, ou seja, qualquer pessoa, mesmo sem vínculo ao ramo rural poderia associar-se a cooperativa. Essa cooperativa permanece em atividade, sob a denominação de Cooperativa de Crédito de Lajeado – SICREDI VALE DO TAQUARI RS, integrada ao Sistema SICREDI.

Em 1982, diante da caótica situação em que se encontravam as cooperativas de crédito pós-ditadura militar, um cooperativista brasileiro, chamado Mário Kruel Guimarães⁶² iniciou a reorganização do sistema cooperativo rural. Foram constituídas 13 cooperativas e a Cooperativa de Crédito do Rio Grande do Sul – COCECRER (YONG, 2005).

Segundo Yong (2005), o modelo institucional da COCECRER foi a base para implantação ou reestruturação das federações de crédito de outras regiões do país. Ainda hoje está em funcionamento, sob a denominação Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul – CENTRAL SICREDI RS.

Segundo Franz (2006), neste vínculo de dependência, o Banco Nacional cobrava muito caro pelos seus serviços, o que inviabilizava as cooperativas de crédito. As cooperativas se organizaram de modo a pressionar o governo e conseguiram que o então presidente Fernando Henrique Cardoso, em conjunto com então presidente do BACEN, expedissem a Resolução nº 2393, de 31 de agosto de 1995, a qual permitiu que as centrais das cooperativas de crédito fundassem seus bancos cooperativos privados. A partir daí, nasce o primeiro banco cooperativo, o Banco Cooperativo SICREDI S.A., em 16 de outubro de 1995, ligado às cooperativas filiadas ao Sistema de Crédito Cooperativo – SICREDI, com operação em seis estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo) (COOP, 2017).

SICREDI (Sistema de Crédito Cooperativo) é um conjunto harmônico de cooperativas de crédito que funcionam com regras administrativas, operacionais e jurídicas uniformes. Este sistema se destacou na retomada de 1980, fase da reorganização e do crescimento do cooperativismo de crédito de crédito no Brasil. Seu foco inicial estava voltado para o atendimento dos produtores rurais (COOP, 2017).

A partir de 1995, com a constituição do Banco Cooperativo SICREDI, o sistema passou a operar com todos os produtos e serviços permitidos aos bancos

convencionais. Esta nova realidade permitiu manter a competência principal no atendimento aos produtores rurais, ao mesmo tempo em que passou a atender o público em geral (em nome das cooperativas ou do seu banco) (COOP, 2017).

Nos grandes centros destaca-se no desenvolvimento das cooperativas segmentadas nas categorias profissionais. O sistema está estruturado em três níveis, no primeiro as cooperativas singulares, no segundo, as centrais estaduais e no terceiro a Confederação e o Banco Cooperativo. Além disso, possui vinculado ao sistema empresa de informática, administradora de cartões, corretora de seguros, empresa de consórcio e uma fundação (COOP (2017)

A missão principal do SICREDI concentra-se, especialmente, na oferta de soluções financeiras com objetivo de agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida de seus agregados. A história do SICREDI é a própria história do cooperativismo de crédito brasileiro, pois a primeira caixa rural Raiffeisen, na localidade de Linha Imperial (Município de Nova Petrópolis), é o ponto de partida e também a base do SICREDI. Essa primeira cooperativa existe até hoje, sob a denominação de Cooperativa de Crédito Rural de Nova Petrópolis – SICREDI Pioneira, marco do SICREDI (COOP (2017).

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo trouxe à tona questões relevantes no campo do setor de cooperativas. Considera-se oportuno destacar o fato de que as cooperativas serem sociedades abertas, exigindo que se coloque como condição a necessidade de seus administradores serem honestos e preparados para assumir cargos de responsabilidade.

Os resultados apontam na direção de uma incoerência entre os dados relativos às práticas de gestão das cooperativas e os pressupostos, princípios e valores presentes nos documentos da Organização das Cooperativas Brasileiras, o que inviabiliza a legitimação da construção das cooperativas.

A falta de uma autogestão que advém de um processo histórico-cultural arraigado no Brasil, desde os tempos de sua colonização, apresenta-se como um fator determinante para a ausência de cooperativas em maior número no país.

Aponta-se como limitação desta pesquisa o fato de não se ter pesquisado a visão de outros autores integrantes do contexto estudado, como agricultores e

empresas envolvidos em cooperativa. Em pesquisas futuras, sugerem-se pesquisas sobre a autogestão em cooperativas agrícolas existentes em outras regiões do país, explorando as visões de diversos atores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. M. de A. (Org). Cooperativas à luz do código civil. São Paulo: Quartier Latin nacional, 2012.

BULGARELLI, W. As sociedades cooperativas e a sua disciplina jurídica. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

FILISBINO, L. N. Artigo- Sociedade Cooperativa: Aspectos Atuais. Franca: UNESP, 2006.

FRANZ, C. M. A contribuição do cooperativismo de credito de crédito para a eficiência econômica e eficácia social. (2006). Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2006_2/cristiane.pdf>. Acesso em: 29 Set. 2017.

FREITAS, M. L. de Cooperativismo tem números que impressionam, afirma presidente da OCB. (2016). Disponível em: <<http://sna.agr.br/cooperativismo-tem-numeros-que-impressionam-afirma-presidente-da-ocb/>> Acesso em 29 Set. 2017.

JUS. Disponível em: <http://jus.com.br>. Acesso em: 01 dez. 2016.

NEGRAO, T. Código civil e legislação civil em vigor. 30 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

POLONIO, W. A. Manual das sociedades cooperativas. 3. São Paulo: Atlas, 2001.

POLONIO, W. A. Manual das sociedades cooperativas. São Paulo: Atlas, 1998.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO (COOP) (2015). Cooperativismo é alternativa para a economia brasileira. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/2015/02/cooperativismo-e-alternativa-para-a-economia-brasileira/>>. Acesso em: 29 Set. 2017.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO (COOP) (2015). Sistema Sicredi. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/cenario-mundial/cenario-brasileiro/dados-consolidados-dos-sistemas-cooperativos/sistema-sicredi/>>. Acesso em: 29 Set. 2017.

RYDLEWSKI, C.; GRISOTTO, R. Cooperativas de crédito querem conquistar Brasil. Revista Época Negócios, Janeiro 2017, Editora Globo. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2017/01/cooperativas-de-credito-querem-conquistar-brasil.html> > Acesso em: 29 Set. 2017.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). As vantagens de se associar a uma cooperativa de crédito. < <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/as-vantagens-de-se-associar-a-uma-cooperativa-de-credito,e943ee9fc84f9410VgnVCM1000003b74010aRCRD> > Acesso em: 29 Set. 2017.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA (2017). Cooperativismo tem números que impressionam, afirma presidente da OCB. Disponível em: <<http://sna.agr.br/cooperativismo-tem-numeros-que-impressionam-afirma-presidente-da-ocb/>> Acesso em 29 Set. 2017.

VALADARES, J. H. Cooperativismo de crédito contemporâneo. Apostila FORMACOOOP, maio 2008.

YONG, S. H. B. Sociedades cooperativas: resumo prático. São Paulo: Juruá, 2005.